



Caro
João Mendes

FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO VIEIRA

RELATÓRIO E CONTAS 2025

**NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E
ESTATUTÁRIAS , PRESTA-SE AQUI NESTE
DOCUMENTO INFORMAÇÃO COMPLETA DA
ACTIVIDADE E DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO
RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2025**

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Este Relatório e Contas, tal como outros anteriores, nomeadamente os referentes aos três últimos anos, assinala um ano muito exigente e de um enorme esforço coletivo. Trata-se de um ano em que foi necessário concluir a reestruturação interna essencial, para adaptar serviços à nova realidade da Instituição, face ao seu crescimento e responsabilidade.

Crescer e reestruturar num momento de enormes constrangimentos financeiros não é fácil, por outro lado e pelas mesmas razões, foi necessário continuar a criar postos de trabalho e fazer investimentos, para a melhoria dos serviços que prestamos, nomeadamente em equipamentos, melhorando assim, e cada vez mais, as condições de trabalho dos nossos Colaboradores.

Como era de esperar, foi em 2025 que a Instituição viveu momentos e dificuldades previstas e imprevisas, todas elas visando afetar o normal funcionamento da Instituição, e até atingir o seu futuro.

Os principais Corpos Sociais, tiveram de encontrar forças e se unir, não só para ultrapassar todas as adversidades como para fazer com que o previsto no Plano e Orçamento para 2024 fosse cumprido, e até encontrar formas para superar, como foi o caso, situações imprevisas a nível interno, para salvaguarda da saúde e bem-estar dos nossos Utentes. Queremos, pelos serviços que prestamos, continuar a ser uma Instituição de referência.

Podemos afirmar que como sempre tem sido o nosso objetivo, o previsto no Plano e Orçamento foi cumprido e ainda se continuou com a reestruturação profunda na gestão financeira, com vista à redução de custos e consumos e controlo orçamental, para assim tornar sustentável a Instituição e poder fazer face aos nossos compromissos, e enfrentar a dureza de falta de apoios, cada vez mais evidente.

Apesar de todas as dificuldades, continuaremos com toda a determinação a trabalhar para atingir os objetivos a que nos propusemos para 2024 com uma gestão responsável, transparente e partilhada com todos os nossos Colaboradores, nomeadamente dos seus responsáveis hierárquicos.

Folhadosa, 25 de Março de 2026

A Direção

CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS A 29 Dezembro 2025

DIREÇÃO

Presidente	António Marques da Silva Branco
Vice-Presidente	António Andrade Ferreira
Secretário	Gil Manuel Alves Tavares
Tesoureiro	João Carlos Costa Mendes
Vogal	Mário Jorge Borges Fernandes

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente	António Marques da Silva Branco
Tesoureiro	João Carlos Costa Mendes
Secretário	Gil Manuel Alves Tavares

CONSELHO FISCAL



João Marques

Presidente	José António Tenreiro Patrocínio
Vogal	António João da Silva Tenreiro
Vogal	Ana Catarina Martins Marques

CONSELHO DE CURADORES

Presidente	Domingos Sá Rodrigues
Secretária	Ana Bela Santos Oliveira
Vogal	Manuel Madeira Mendes
Vogal	Luís Carlos Alves Branco
Vogal	Francisco Fernando Paiva Mendes

Amador
João Manuel
↓

ÍNDICE

- Constituição dos corpos Sociais a 29/12/2025	3
- Índice	4
- Introdução	5
- Historial	6
- Missão	7
- Visão	7
- Valores	7/8
- Serviços/Resposta social	8
- Documentos de Prestação de contas	11
- ANEXOS	12
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS EM CONCLUSÃO	19
- Parecer do Conselho Fiscal	22

INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório de Atividades e Contas de 2025 da Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque- Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro, procedimento este, anual e obrigatório nos termos estatutários.

A sua elaboração é feita pela Direção, com a colaboração direta da Diretora Técnica, Administrativa e pela Contabilista Certificada (CC).

Tem como principal objetivo a demonstração das tarefas realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, delineada e aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

Operacional - relatando as atividades desenvolvidas na Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque- Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro durante o ano, dando destaque aos principais aspetos exigidos designadamente: missão, objetivos, valência, pessoal, parcerias, subsídios, donativos, projetos, entre outros;

Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final será submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer

Após aprovação da Direção, e Conselho Fiscal os documentos contabilísticos serão submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo ISS.

Pelo contributo que cada um deu, durante este período, a TODOS, o nosso Bem-haja!

HISTORIAL



A Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que integra de momento, 60 utentes a, Fundação Dr. António Vieira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada na Freguesia de Folhadosa, concelho de Seia, tendo como sede e suporte um magnífico Edifício do Sec. XVII, doado pelo Dr. António Vieira, que destinou, por testamento, que a maior parte dos bens ficasse para dar apoio aos velhos, inválidos e pobres da freguesia.

Criada a Fundação e reconhecida como uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) tem na Ação Social a sua matriz diretora, concretamente na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade social, promovendo a inclusão e a integração social, desenvolvendo para tal, diversas atividades para idosos, funciona com a valência de Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, destinada ao acolhimento de pessoas idosas, e tem como objetivos a prestação de serviços personalizados e adequados às necessidades individuais de cada utente.

É importante dar ênfase a um plano estratégico adequado, de maneira a conseguir levar a cabo todos os objetivos da instituição, sem prejudicar de alguma forma os utentes. Para isso, toda a equipa integrante da instituição deverá colaborar, em solidariedade e cooperação, pois só assim as metas serão alcançadas e só assim se conseguirá marcar a diferença.

Promover um envelhecimento ativo e saudável aos idosos e otimizar as suas condições de saúde, participação e segurança, são sem dúvida objetivos principais a cumprir.

As estruturas residenciais devem, então, surgir num contexto humanizado e personalizado, que tenha em conta as necessidades de cada utente, agindo de acordo com os seus direitos e interesses. Nestas estruturas deve-se valorizar a ativação e a estimulação dos indivíduos através da promoção da saúde e prevenção das incapacidades, otimização das funções cognitivas, promoção do desenvolvimento afetivo e fomentação da participação social.

MISSÃO

A Fundação Dr. António Vieira, tem como missão investir na qualidade do atendimento individualizado aos utentes, defendendo os seus valores culturais e garantindo o bem-estar e qualidade de vida de todos os seus utentes.

As pessoas idosas desejam aprender, participar em atividades, sentirem-se incluídas, desejam ser "pessoas de corpo inteiro". Os mais dependentes, por motivo de doença ou incapacidade, por seu lado, merecem todo o carinho de forma a garantir o seu conforto e o seu bem-estar.

Esta instituição pretende ser um bom exemplo na promoção do respeito e da qualidade de vida de todas as pessoas idosas.

Ser reconhecida como uma instituição de excelência na implementação de práticas de solidariedade e qualidade, pautando-se pela melhoria contínua nas suas áreas de intervenção.

VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição de excelência na implementação de práticas de solidariedade e qualidade, divulgando as suas atividades, serviços e eventos através das redes sociais, e apostando na formação de pessoal técnico e auxiliar com vista a melhorar a qualidade da sua ação.

VALORES

O respeito deve ser um valor sempre presente quer da parte dos utentes, quer da parte dos colaboradores.

Deve também ser criado um ambiente de confiança mútua entre os intervenientes, inspirado na generosidade, partilha e apreço.

A instituição deve também atuar com carácter solidário na e para a comunidade.

A responsabilidade também é um fator importante, para que dessa forma, se prestem serviços de qualidade, assumindo com transparência e rigor o desenvolvimento da sua prática de gestão e o cumprimento dos requisitos.



É de igual forma importante, a eficiência na gestão de recursos, potenciando a melhoria contínua e satisfação junto dos seus utentes, colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade, motivando os recursos humanos e privilegiando o seu envolvimento nos processos, assim como a valorização e o reconhecimento da sua ação.

SERVIÇOS/RESPOSTA SOCIAL

Na Fundação Dr. António Vieira T. M. A. na resposta social ERPI durante o ano de 2023 assim como nos, anos anteriores, teve como objetivo principal dar continuidade a satisfação das necessidades básicas dos utentes através da prestação dos seguintes serviços:

- Alojamento;
- Alimentação;
- Higiene pessoal/Oral;
- Tratamento de Roupa;
- Cuidados de Enfermagem;
- Assistência Médica;
- Fisioterapia;
- Gerontologia;
- Acompanhamento psicossocial;
- Ocupação/Animação.



19

A instituição tem também como objetivo possibilitar ao idoso um ambiente que lhe seja favorável, estimulante, identificando-o o mais possível com um ambiente familiar; promover a sua integração no grupo de cidadãos utentes e na vida da ERPI em geral; criar as condições para que a independência e autonomia perdurem o maior tempo possível; proporcionar a satisfação das necessidades básicas; assegurar um acompanhamento psicossocial no sentido de garantir a sua integração no ambiente em que está inserido; promover as relações entre Utente/Família e Utente/Comunidade e também assegurar a qualidade dos serviços prestados. Tem sido um desafio para todos os que trabalham nesta Casa e um aprofundar da tomada de consciência da promoção e bem-estar que deve ter o idoso/utente.

No ano de 2024 a resposta social-ERPI manteve-se a ocupação, com 60 utentes, considerando-se por este motivo que a taxa de ocupação foi de 100%, uma vez que os quartos estiverem ocupados todo ano.

Durantes o ano de 2025 atingiu-se as seguintes metas estratégicas:

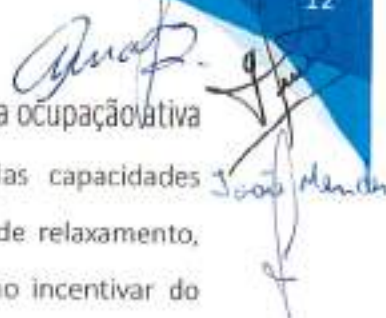
- Promoção e divulgação da resposta social ao nível local, concelhio e supraconcelhio, traduzindo-se em novas admissões de clientes;
- Ocupação total das vagas, totalizando 60 clientes integrados na ERPI;
- Aumento considerável do número de pedidos de integração em ERPI, refletindo-se em 155 inscrições em lista de espera;
- Acréscimo de receitas provenientes do aumento da mensalidade/ participação familiar e das vagas cativas entre outras;
- Melhoria no planeamento das escalas de trabalho, no sentido de promover a eficácia e eficiência dos serviços.
- Monitorização e acompanhamento permanente das colaboradoras que asseguram funções na ERPI.



Handwritten signatures and a blue triangle graphic in the top right corner.

- Continuação da Qualificação dos recursos humanos é uma mais-valia, pois aposta no desenvolvimento do trabalho em equipa, minimizando os problemas na organização e gestão do trabalho, num trabalho que pela sua natureza obriga a uma elevada carga de trabalho diário e uma forte componente de envolvimento emocional.
- Atualização continua das categorias profissionais dos funcionários e consecutiva atualização dos vencimentos.
- Melhoria notável nos cuidados diários prestados aos utentes pela equipa de enfermagem, devido ao exigido aumento do número de técnicos de enfermagem e de médicos para dar um acompanhamento mais personalizado com o tipo de utentes que residem na instituição.
- Melhoramento das instalações ao nível do aspeto interno, conforto e de todos os equipamentos existentes, mantendo-os devidamente funcionais, apresentáveis e dentro dos parâmetros legais exigidos por lei.
- Ao nível da fisioterapia continuou-se, avaliação rigorosa do idoso, com escalas de avaliação reconhecidas em Portugal e com outros métodos avaliativos igualmente importantes, assim como a execução de um plano de cuidados de reabilitação e redução de danos de acordo com o problema que cada idoso apresenta e necessita e a realização, de um registo diário de tratamentos para cada idoso de forma a registar a utilização dos equipamentos de fisioterapia existentes e dos tratamentos igualmente efetuados.

- Nas atividades de animação houve um melhoramento bastante visível na ocupação lúdica dos utentes, nalguns níveis principalmente no desenvolvimento das capacidades cognitivas (memória, atenção, raciocínio, curiosidade), na promoção de relaxamento, estimulação sensorial, na autonomia, na valorização da autoestima no incentivo do interesse pelo ambiente que os rodeia, nas relações interpessoais fora do grupo, evitando o isolamento, a solidão, a tristeza, a depressão e o desinteresse, na promoção de momentos de convívio através da partilha idoso/criança, propiciando relações afetivas entre as diferentes faixas etárias, nas atividades recreativas entre utentes de outras instituições favorecendo a ligação afetiva entre os diferentes intervenientes na relação utente/colaborador, promovendo o estatuto social da pessoa idosa na família e na comunidade.



João Mendes



António Vieira
12 de Junho de 2025

Documentos de Prestação de Contas 2025

Balanço – Anexo 1

Demonstração dos Resultados – Anexo 2

Demonstração dos Resultados Valência – Lar – Anexo 3

Demonstração dos Resultados Valência – Quinta – Anexo 4

Anexo – Anexo 5

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 6

Balancete em 31/12/2025 – Anexo 7



João Mendes

ANEXO

1

FUNDO DE AVE M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO E SOCORRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500845611

Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.906.924,48	1.007.205,00
Imp. da propriedade histórica e artística e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		6.150,79	8.350,79
Fundações e beneméritos para a família e associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e Ativos não correntes		87.981,49	84.215,50
		1.994.956,66	1.099.871,29
Activo corrente			
Investições		28.619,96	30.133,00
Créditos a receber		5.358,18	5.308,15
Estado e outros entes públicos		9.986,00	1.806,50
Fundadores/beneméritos/patrões/famílias/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		6.025,05	4.112,38
Outros Ativos Correntes		109.904,7	97.702,79
Outros depósitos bancários		163.052,9	20.675,16
		323.757,74	157.938,88
Total do ativo		2.318.714,40	1.257.810,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.105.140,00	1.105.140,00
Excedentes derivados		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transferidos		504.130,99	195.130,00
Excedentes de reavaliação		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		41.170,51	100.870,00
		1.650.441,50	1.401.140,00
Resultado líquido no período		26.272,90	116.670,17
Total dos fundos patrimoniais		1.676.714,40	1.517.810,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		28.750,33	127.702,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		28.750,33	127.702,00
Passivo corrente			
Fornecedores		17.022,00	17.075,57
Estado e outros entes públicos		73.248,00	25.588,15
Fundadores/beneméritos/patrões/famílias/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		12.963,17	71.293,50
Diferimentos		26.471,55	11.409,3
Outros Passivos Correntes		190.831,50	99.198,31
		310.536,22	324.464,73
Total do passivo		349.286,52	452.166,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.027.427,88	1.969.976,90



João Mendes

ANEXO

2

FUND. DE A Y T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N.S SOCORRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 5308255/1

Moeda: R\$.R\$

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		1.550.146,00	1.162.326,35
Subsídios, doações e legados à realização		39.922,68	39.921,42
Variação nos inventários da produção		-9.768,00	5.198,00
Trabalhos para a própria entidade		15.885,50	21.221,29
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		113.966,00	112.759,48
Comerciantes e serviços externos		309.396,30	224.386,42
Gastos com o pessoal		812.226,33	998.937,10
Ajustamentos de inventários (para/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros ganhos		27.908,80	32.063,24
Outros gastos		8.096,54	11.851,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		178.612,47	218.448,58
Ganhos/reversões de depreciação e de amortização		86.758,08	79.655,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		93.853,99	138.793,12
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		15.357,68	19.869,05
Resultados antes de impostos		78.496,31	118.923,07
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		78.496,31	118.923,07



João Mendes

ANEXO

3

FUNDAÇÃO VTM ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N.º SOCORRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 VALÊNCIA: 9001 - Lar

Contribuinte: 500845613

Moeda: EURONS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestadas		1.328.823,06	1.150.813,70
Subsídios, doações e legados a expiração		15.366,85	16.758,90
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.139.666,00	104.679,44
Fornecimentos e serviços externos		300.442,20	217.071,58
Gastos com o pessoal		771.290,16	647.812,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de custo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		27.572,42	36.547,86
Outros gastos		8.169,74	9.672,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		177.654,14	211.866,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		73.313,64	69.565,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		104.340,50	142.300,42
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		15.757,08	19.469,93
Resultados antes de impostos		88.583,42	122.830,49
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		88.583,42	122.830,49


João Mendes

ANEXO

4

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 VALÊNCIA: 9012 - QUINTA

Controlador Int.: 500845011

Moeda: EUROS

[Handwritten signature]
 João Mendes

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		21.323,00	28.533,25
Subsídios, doações e legados à exploração		23.625,43	23.182,52
Variação nos inventários da produção		-9.765,00	-5.060,00
Transferências para a própria entidade		15.885,50	21.721,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	2.580,04
Fornecimentos e serviços externos		8.054,01	7.352,44
Gastos com o pessoal		40.956,27	46.214,41
Apostamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívida a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		576,78	1.445,88
Outros gastos		821,20	2.254,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		958,33	6.582,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.442,84	10.149,61
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		-10.484,51	-3.567,40
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-10.484,51	-3.567,40
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-10.484,51	-3.567,40


João Fernandes

ANEXO

5


João Mendes

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO

Anexo

31 de dezembro de 2025

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contábilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contábilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis.....	21
7	Locações.....	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	23
9	Inventários	24
10	Rédito.....	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	25
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	25
14	Imposto sobre o Rendimento	25
15	Benefícios dos empregados	26
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
17	Outras Informações	26
17.1	Investimentos Financeiros	27
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	27
17.3	Clientes e Utentes.....	28
17.4	Outras contas a receber.....	28
17.5	Diferimentos	28
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	29
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	29
17.8	Fundos Patrimoniais	29
17.9	Fornecedores.....	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
17.11	Outras Contas a Pagar	30
17.12	Outros Passivos Financeiros	30
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos	31

17.15 Outros rendimentos.....	31
17.16 Outros gastos.....	31
17.17 Resultados Financeiros.....	31
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	32



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the name 'José Mendes' written vertically.

1 Identificação da Entidade

A "FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "FUNDAÇÃO" com estatutos publicados no Diário da República, com sede em RUA DO CASTELO 1, 6270-041 Folhadosa. A instituição desenvolve as seguintes atividades:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
- Quinta Agrícola



2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contábilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registrados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Assinado

 João Mendes

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contábilísticas

As principais políticas contábilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contábilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Ana C. P.', with a circular stamp below it. The stamp contains some illegible text and a date. Below the stamp is another handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Isabel Mendes'.

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.



3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeta tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
Outros Ativos Intangíveis	



João Mendes

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	20
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8; 4
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3; 8
Outros Activos fixos tangíveis	4; 8



João Mendes

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Anuário

 João Mendes

3.2.7 Inventários

Os “inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



João M. P. A.



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Amc
9/10
João Mendes

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



João Mendonça

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Descrição	2024			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado
João Mendes

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	423 481,94					423 481,94
Edifícios e outras construções	1 828 658,42					1 815 606,26
Equipamento básico	313 963,70					325 333,44
Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	93 285,11					93 493,70
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 919,24					9 206,37
Total	2 713 013,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2 714 825,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	84 107,66					84 107,66
Edifícios e outras construções	627 809,15					697 315,02
Equipamento básico	263 186,96					273 336,65

Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	12 279,65					12 279,65
Equipamento administrativo	91 276,77					91 276,77
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 126 363,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1 206 019,49

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Anna B

João Mendes

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	423 481,94					431 181,94
Edifícios e outras construções	1 815 606,26					1 847 087,07
Equipamento básico	325 333,44					336 441,60
Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	93 493,70					94 687,44
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	9 206,37					9 206,37
Total	2 714 825,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2 766 308,16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	84 107,66					84 107,66
Edifícios e outras construções	697 315,02					697 315,02
Equipamento básico	273 336,65					352 335,97
Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	12 279,65					12 279,65
Equipamento administrativo	91 276,77					91 276,77
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 206 019,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1 285 018,81

Descrição	2025			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00

Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes:



João Mendes

Descrição	2024					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2025					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	9 225,00					9 225,00
Total	971,70	0,00	0,00	0,00	0,00	971,70
Depreciações acumuladas						
Goodwill	9 225,00					9 225,00

Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	9 225,00					9 225,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70
Depreciações acumuladas						
Goodwill	9 225,00					9 225,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70

Descrição	2025			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00



7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	42 963,47	281 753,32	324 716,79	31 359,89	327 393,96	358 753,85
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	34,02	0,00	34,02
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	42 963,47	281 753,32	324 716,79	31 393,91	327 393,96	358 753,85

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



João Mendes

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 935,50	91 725,59	0,00	3 133,40	97 332,06	0,00	2 384,96
Produtos acabados e intermédios	41 000,00		0,00	36 000,00		0,00	26 235,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	42 935,50	91 725,59	0,00	39 133,40	97 332,06	0,00	28 619,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				112 259,48			113 966,00
Variações nos inventários da produção				-5 000,00			-9 765,00

10 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	21 327,42	28 513,25
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 328 818,64	1 133 813,10
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 350 146,06	1 162 326,35

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Nos períodos de 2024 e 20254, não são de registar quaisquer passivos contingentes.

Ativos contingentes

Nos períodos de 2024 e 20254, não são de registar quaisquer ativos contingentes.


12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2025				2024			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2025	2024
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respectivamente "5" e "5".

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de "48" e em 31/12/2024 foi de "45".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	670 145,69	561 997,99
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	124 297,27	120 409,18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 946,58	6 720,92
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	7 836,79	899,01
Total	812 226,33	690 027,10

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 e 2024, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 350,79	6 350,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 350,79	6 350,79

Paulo
João Mendes

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2025 e 2024, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades -				

subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	6 338,18	5 248,32
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-43 352,78	-37 175,82
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	-37 014,60	-31 927,50

Assinado
J. F. N. de

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	-3 051,94	-641,80
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 750,00	500,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	147 258,37	106 321,60
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	145 956,43	106 179,80

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Total	8 025,05	5 732,18
Rendimentos a Reconhecer		

Total	26 401,75	11 409,13
-------	-----------	-----------

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

João Mendes

Descrição	2025	2024
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	566,01	1 099,65
Depósitos à ordem	188 507,15	59 654,42
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	189 073,16	60 754,07

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 115 114,60	0,00	0,00	1 115 114,60
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	195 195,00	118 923,09	0,00	314 118,09
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	104 411,42	36 959,09	0,00	141 370,51
Total	1 414 721,02	155 882,18	0,00	1 570 603,20

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	43 352,78	37 175,82
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	43 352,78	37 175,82

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 940,90	11 606,86
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	9 940,90	11 606,86
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10 222,91	8 940,70
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	19 534,63	15 213,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	29 757,54	24 154,45

Amal
João Mendes

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		3 051,94		641,80
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		18 907,69		594,11
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-147 258,37		-106 321,60
Total	0,00	-125 298,74	0,00	-105 085,69

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	13 922,27	6 062,76
Subsídios de outras entidades	15 207,13	23 182,52
Doações e heranças	9 893,28	10 686,14
Legados	0,00	0,00
Total	39 022,68	39 931,42

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	93,60	144,12
Serviços especializados	126 859,91	77 967,09
Materiais	13 715,86	13 737,92
Energia e fluidos	82 146,74	66 461,53
Deslocações, estadas e transportes	2,15	622,60
Serviços diversos	76 572,95	58 062,53
Total	299 391,21	216 995,79

Américo
João Mendes

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 573,43	4 438,54
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2 501,40	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	17 000,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,42
Rendimentos em investimentos não financeiros	12 651,93	4 953,60
Outros rendimentos	9 182,04	11 601,18
Total	27 908,80	37 993,74

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	3 011,73	2 690,42
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	1 398,03	3 746,27
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4 587,18	5 445,03
Total	8 996,94	11 881,72

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15 357,98	19 869,93

Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	15 357,98	19 869,93
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-15 357,98	-19 869,93



João Mendes

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

FOLHADOSA, 31 de dezembro de 2025



João Mendes

ANEXO

6

FUNDAÇÃO DR. ANTONIO VIEIRA TOVAR MAGALHÃES E ALBUQUERQUE

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Contribuinte: 500845071

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recabimentos de clientes e utentes		1 161 236,49	585 984,46
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		(322 228,37)	(330 073,53)
Pagamentos ao pessoal		(890 027,10)	(812 839,88)
Caixa gerada pelas operações		148 981,02	(355 928,92)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recabimentos/pagamentos		(138 156,68)	529 128,07
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		10 824,34	172 199,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		9 383,39	(24 010,13)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recabimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		9 383,39	(24 010,13)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recabimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		(15 357,98)	(19 869,93)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(15 357,98)	(19 869,93)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 849,75	128 319,09
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		189 073,16	60 754,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		193 922,91	189 073,16



João Mendes

ANEXO

7

FUND. DR. AV. T. M. ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N.º 50

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2025

Data: 28/03/2026

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	40.322,20	38.757,70	1.564,50	0,00
12	Depósitos e outros	1.211.856,87	1.570.577,46	358.720,59	0,00
21	Exercício Orçame	800.984,19	800.292,83	692,36	2.677,95
27	Previdências	439.267,59	462.298,35	23.030,76	43.782,39
28	Pessoal	323.341,29	326.598,14	3.256,85	3.651,99
29	Locação e outros entre públicos	369.094,81	387.401,96	17.307,15	37.218,01
22	Impostos e outros tributos	79.711,72	864.421,51	784.709,79	324.766,71
32	Outros recursos recebidos a pagar	512.035,82	497.542,87	14.492,95	175.191,91
24	Encargos	25.126,36	41.612,95	16.486,59	26.471,65
31	Outras	126.881,51	120.081,51	6.800,00	0,00
33	Materiais, profas, subs. e outros de consumo	126.750,20	1.1.050,00	1.923,80	0,00
34	Produtos petrolíferos e manutenção	51.612,75	27.543,75	24.069,00	0,00
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Prepostos e de investimento	153.500,52	1.759,16	151.741,36	3.759,16
43	Ativos financeiros	2.704.666,18	1.249.157,10	1.455.509,08	1.235.000,81
44	Ativos financeiros	0,00	10.196,71	10.196,71	10.196,71
45	Investimentos e outros	200.411,28	105.988,15	94.423,13	0,00
5	Títulos	0,00	11.311.470	0,00	11.311.470
56	Reservas não exigíveis	0,00	3.4118,09	0,00	3.4118,09
58	Outros operações em Terças internacionais	3.040,91	644.147	641,23	61.770,51
6	VALORES DEBÍTORES DE OUTROS ENTES E DAS ENTIDADES CONTROLADAS	113.966,00	0,00	113.966,00	0,00
62	Fornecedores e serviços externos	629.314,00	210,00	629.104,00	0,00
63	Gastos com o Pessoal	867.835,44	96.599,11	771.236,33	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	84.758,48	0,00	84.758,48	0,00
65	Outros gastos	0,00	15,00	8.695,94	0,00
66	Ganhos de financiamento	15.357,95	0,00	15.357,95	0,00
7	Vendas	0,00	21.327,42	0,00	21.327,42
72	Provisões de serviços	3.062,57	1.337.088,01	0,00	1.328.518,04
73	Operações extraordinárias de produção	27.553,75	17.815,75	9.738,00	0,00
74	Tributos para o próprio estado	0,00	15.885,50	0,00	15.885,50
75	Subsídios, doações e legados - exploração	0,00	19.022,08	0,00	20.027,65
76	Outros recursos	0,00	27.908,80	0,00	27.908,80
81	Resultado líquido do período	114.923,60	1.68.923,60	0,00	0,00
	Totais	9.601.282,72	9.601.083,57	2.198.199,15	4.303.181,97
	Saldo Geral				

FUND. DRA V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SO

Balancete de Razão

Resultados / 2025

Data: 28/03/2025

(Valor em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
01	Casa	45 327,20	35 292,90	10 034,30	0,00
02	Depreciação	771 885,87	579 577,46	192 308,41	0,00
03	Clientes e Fornecedores	300 954,18	303 293,91	2 339,73	2 673,92
04	Outros créditos	434 266,58	483 294,55	48 927,97	41 352,78
05	Reserva	551 548,20	551 548,11	0,09	1 051,94
06	Ativos e passivos financeiros	346 316,07	353 470,05	7 153,98	30 248,04
07	Impostos e taxas municipais	72 711,77	6 132,51	66 579,26	124 7 6,79
08	Outros impostos e taxas municipais	5 210,53	45 512,87	40 302,34	25 151,74
09	Impostos e taxas	25 176,26	45 512,86	20 336,60	20 471,55
10	Capital	160 141,51	160 141,61	0,10	0,00
11	Reserva provisória, sob reserva e de consumo	174 250,55	113 966,29	60 284,26	0,00
12	Produtos acabados e intermédios	53 5 6,55	27 593,75	26 238,20	0,00
13	Em andamento - materiais	6 130,79	0,00	6 130,79	0,00
14	Empreitada de mão-de-obra	153 300,5	5 259,16	148 041,34	5 359,16
15	Ativos financeiros	2 770 485,78	1 269 192,5	1 501 293,28	1 285 018,51
16	Ativos financeiros	10 196,70	10 196,70	0,00	10 196,70
17	Investimentos em imoveis	240 451,78	105 208,75	135 243,03	0,00
18	Imoveis	0,00	1 115 114,61	0,00	1 115 114,70
19	Resultados financeiros	0,00	113 016,29	0,00	314 118,29
20	Dividendos em pagamento	7 042,91	7 444 11,42	0,00	1 113 70,51
21	Costo da mercadoria vendida e das vendas consumidas	13 966,09	13 966,09	0,00	0,00
22	Imagens e serviços externos	109 711,49	109 711,49	0,00	0,00
23	Gastos com Pessoal	347 825,44	347 825,44	0,00	0,00
24	Gastos de exploração e de manutenção	84 758,35	84 758,35	0,00	0,00
25	Gastos gerais	9 011,91	9 011,91	0,00	0,00
26	Gastos de financiamento	15 127,95	15 127,95	0,00	0,00
27	Amortização	21 377,47	21 377,47	0,00	0,00
28	Provisões e reservas	7 332 485,0	1 312 485,0	0,00	0,00
29	Ativos em andamento da produção	77 583,75	27 583,75	0,00	0,00
30	Trabalhos em progresso	15 885,50	15 885,50	0,00	0,00
31	Subsidios, doações e legados (exploração)	35 022,68	35 022,68	0,00	0,00
32	Outros resultados	27 958,85	27 958,85	0,00	0,00
33	Reserva legal de reserva	1 342 121,11	1 620 6 3,14	0,00	28 485,0
	Total	12 456 328,45	12 456 278,45	1 524 050,00	1 524 050,00
	Saldo Geral				

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS EM CONCLUSÃO



João Mendes

O presente documento relata as principais atividades e iniciativas desenvolvidas pela Instituição no decorrer do ano de 2025. Todas elas centradas, direta ou indiretamente, na vertente do apoio/ação SOCIAL e do acompanhamento dos nossos Utentes.

No sentido de honrar o compromisso do desenvolvimento económico e social, procuramos como sempre temos feito, encontrar em conjunto a melhor solução, para as necessidades dos Utentes, Funcionárias e Comunidade em geral, que se dirigiu à Instituição.

Neste ano, a Direção da Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, dirige uma palavra muito reconhecida aos voluntários, que com carácter regular, colaboraram connosco, trazendo-nos um valor acrescentado incomparável. Consideramos também neste âmbito, o compromisso voluntário de muitas colaboradoras, que as distingue no mérito dos resultados alcançados.

As IPSS foram durante muito tempo quem deu - e ainda dá - o apoio à população mais desfavorecida e são nos dias que correm um pilar fundamental na implementação das políticas sociais a que o Estado está obrigado. Elemento incontornável do Estado Social nascido com a Democracia, o Setor Social Solidário não nasceu por decreto, mas impõe-se ao País, ao Estado e à população como uma realidade dinâmica e a almofada social sempre presente nos bons e nos maus momentos. Por isso, generalizar e diabolizar todo um setor por um número residual de casos de polícia, não é sensato e muito menos justo para milhares de pessoas que dão o seu melhor, muitos voluntariamente, em prol do(s) outro(s).

Numa época em que é exigida uma competência de gestão cada vez maior, esta Direção consciente do imenso caminho a trilhar durante os próximos anos, tudo irá fazer, para que a Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, seja reconhecida como verdadeiro exemplo de instituição de solidariedade social.

Por isso, a medição e avaliação dos resultados atingidos e aqui expressos neste Relatório, o qual tentou ser o mais transparente possível, transforma o presente documento num instrumento fundamenta para desenhar o futuro.

Sabemos que ao longo do ano muitas foram as situações que nos transtornaram, mas acreditamos que soubemos dar a cara, e mais importante ainda, dar a volta à situação com as alternativas que tínhamos ao nosso alcance (sempre legais e/ou de circunstâncias).

Ao longo deste ano, muitas decisões foram tomadas e muitas adiadas por situações alheias à nossa vontade, aguardando por uma oportunidade que vá de encontro com os nossos objetivos e missão social. Esperamos, num futuro próximo dar respostas a todas as decisões que foram adiadas e ainda se encontram pendentes ...

Vamos trabalhar em conjunto, unidos e de forma transparente, colocando de parte interesses não comuns, pois só assim conseguimos alcançar o sucesso institucional e o bem-estar para todos os nossos Utentes e demais colaboradores.

A terminar, a Direção da Fundação Dr. António Vieira Tovar Magalhães e Albuquerque agradece reconhecimento a todos aqueles cujo empenhamento e dedicação muito contribuiu para o cumprimento da atividade retratada, sendo o tributo do nosso agradecimento em especial para as nossas Funcionárias.



Handwritten signature and date: 9 de Junho 2025

Folhadosa, 25 de Março de 2026

Direção

António Marques da Silva Branco

(António Marques da Silva Branco)

António Andrade Ferreira

(António Andrade Ferreira)

João Carlos Costa Mendes

(João Carlos Costa Mendes)

Gil Manuel Alves Tavares

(Gil Manuel Alves Tavares)

(Mário Jorge Borges Fernandes)

CONSELHO FISCAL - PARECER

O PARECER DO CONSELHO FISCAL É APRESENTADO EM DOCUMENTO AUTÓNOMO, DEVIDAMENTE DATADO E ASSINADO PELOS SEUS MEMBROS.

José António Tenreiro Patrocínio

António João da Silva Tenreiro

Ana Catarina Martins Marques